

AMBIENTE

Grupo vai avaliar impacto de obras sobre a Billings

Projetos como o do Rodoanel serão comparados com unidades de preservação

MAURA CAMPANILI

Uma parceria entre a Fundação Florestal, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SMA), e o Instituto Socioambiental (ISA) vai detalhar locais que podem ser transformados em unidades de conservação na área de mananciais da Bacia Hidrográfica da Billings, na região metropolitana de São Paulo. O anúncio foi feito ontem pelo secretário de Meio Ambiente, José Goldemberg, durante a apresentação dos resultados do seminário Billings 2002, no Memorial da América Latina, na capital.

Mas os pactos firmados durante o seminário deverão ser confrontados com outros projetos para a região, como o Rodoanel, o projeto de flotação do Rio Pinheiros e a geração de energia em Henry Borden. Impactos externos, como a pressão do litoral sobre o planalto e a expulsão da população de baixa renda das regiões centrais da metrópole também são desafios a serem enfrentados.

Na opinião de Fábio Vital, do Instituto Aqua, esta será uma oportunidade para se recuperar o pensamento e o planejamento regionais na região metropolitana. Para o coordenador-geral do seminário, João Paulo Capobianco, do ISA, as informações serão argumentos fortes "nas discussões pesadas que virão, sobretudo em relação ao Rodoanel".

O convênio é a primeira ação prática do seminário, que reuniu 193 especialistas dos setores público, privado e da sociedade civil na semana passada, em Ribeirão Pires, para elaborar uma proposta de proteção, recuperação e gestão do manancial, que é o maior reservatório da Grande São Paulo. Entre as recomendações do trabalho está a criação de oito novas unidades de conservação.

"A posição do governo é introduzir no Estado a idéia de gestão conjunta das unidades de conservação, com as organizações não-governamentais e o setor privado. Esta parceria com o Instituto Socioambiental é um exemplo de como proceder nessa área", disse o secretário Goldemberg.

Segundo Capobianco, as áreas serão detalhadas por imagens aéreas e levantamentos de campo. A partir disso serão feitas propostas para viabilizar a criação das unidades.

Capobianco ressalta que a maior parte das terras na região da Billings são particulares. Para ele, uma das possibilidades seria a utilização da lei sancionada pelo governador Geraldo Alckmin em julho, que permite a regularização de imóveis em áreas de mananciais mediante sua vinculação com áreas a serem preservadas. "Através desse dispositivo, o Estado poderia criar as unidades de conservação e estabelecer um programa, principalmente com a população de baixa renda que ocupa áreas irregulares, com cotas viáveis financeiramente para essas pessoas."

Coordenado pelo Instituto Socioambiental, o seminário foi uma parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, o Subcomitê de Bacia da Billings e as prefeituras de São Paulo e Ribeirão Pires.

Gestão - Para a prefeita de Ribeirão Pires, Maria Inês Soares Freire (PT), a realização do encontro foi um passo importante na gestão dos recursos hídricos e das questões socioambientais da região de mananciais.

Entre as prioridades atuais, segundo ela, estão a votação das leis específicas de bacias, a discussão do Rodoanel e da lei que cria compensação financeira para os municípios produtores de água, que protegem os mananciais. (Agência Estado)